



**CATÁLOGO**

**INICIATIVAS  
DE ADAPTAÇÃO  
CLIMÁTICA  
NO BRASIL**

---

**2025**



**inesc**

## EQUIPE INESC

### NOVEMBRO/2025

#### Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento  
Elisabetta Recine  
Luiz Gonzaga de Araújo  
Romi Márcia Bencke

#### Conselho Fiscal

Enid Rocha  
Augustino Veit

#### Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro  
José Antônio Moroni  
Nathalie Beghin

#### Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

#### Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves  
Thayza Benetti

#### Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

#### Equipe de Comunicação

Gabriela Alves  
Sílvia Alvarez  
Thays Ferrari Puzzi

#### Assessoria Política

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Carolina Alves  
Cássia Lopes  
Cássio Cardoso Carvalho  
Cleo Manhas  
Dyarley Viana de Oliveira  
Rárisson Sampaio  
Sheilla Dourado  
Teresa Ruas  
Thallita de Oliveira

#### Educador Social

Markão Aborígene

#### Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

#### Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

#### Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos  
Eduarda R. Aguiar Figueiredo  
Eugênia Christina Alves  
Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da  
Silva

#### Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

#### Estagiário

Andrey Felype

## APOIO INSTITUCIONAL

CLUA – Climate and Land Use  
Alliance

ETF – Energy Transition Fund  
Fastenaktion

FDCC (T.F. 1/2024)

Fundação Charles Stewart  
Mott

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundar

Fundo Malala

ICS – Instituto Clima e  
Sociedade

KNH – Kindernothilfe

OSF – Open Society  
Foundations

PPM – Pão para o Mundo

Rainforest Foundation Norway

SEJUS (T.F. 18/2024)

WRI – World Resources  
Institute

## FICHA TÉCNICA

#### Coordenação Política

Cristiane Ribeiro  
José Antônio Moroni  
Nathalie Beghin  
(Colegiado de Gestão do  
Inesc)

#### Coordenação técnica

Sheilla Dourado

#### Redação

Sheilla Dourado  
Cássia Lopes

#### Revisão técnica

Cristiane Ribeiro  
Nathalie Beghin

#### Revisão gramatical

Paulo Castro  
(Books Maze Publishers)

#### Diagramação

Raones Ramos

### Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura

– Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)

Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

*É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,  
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.*

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>4</b>
--------------------------	----------

<b>1. Iniciativas federais .....</b>	<b>5</b>
--------------------------------------	----------

1.1 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).....	5
1.2. Ministério das Cidades.....	6
1.3. Ministério da Saúde.....	7
1.4. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) .....	8
1.5. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) .....	8
1.6. Ministério da Igualdade Racial (MIR) .....	8
1.7. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).....	8
1.8. Universidades públicas e institutos de pesquisa .....	9
1.9. Outros órgãos e entidades do Executivo Federal .....	10
1.10. Congresso Nacional.....	10

<b>2. Iniciativas estaduais.....</b>	<b>14</b>
--------------------------------------	-----------

<b>3. Iniciativas municipais .....</b>	<b>15</b>
--	-----------

<b>4. Entidades municipalistas.....</b>	<b>16</b>
---	-----------

<b>5. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais .....</b>	<b>17</b>
--	-----------

5.1. Produção de informações e comunicação .....	17
5.2. Realização e apoio a projetos locais .....	18
5.3 Incidência nacional e internacional .....	19

# Apresentação

Este catálogo apresenta um compilado inicial de medidas e iniciativas relativas à adaptação climática no Brasil em 2025, período em que o tema esteve em destaque no país-sede da COP30. O foco principal é a adaptação no meio urbano, de modo a evidenciar medidas do Poder Público Federal, especialmente do Poder Executivo, mas também exemplos de iniciativas estaduais e municipais, do Poder Legislativo, de universidades públicas e institutos de pesquisa, além de iniciativas de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Não se pretende que esta publicação seja uma lista completa, mas sim que apresente a diversidade de atores e setores envolvidos e a multiplicidade de iniciativas que empreendem.

A publicação é resultado do projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) intitulado “Adaptação climática no Brasil e o enfrentamento às desigualdades”, que compõe a plataforma Green Accountability. A plataforma é um consórcio formado pelo World Resources Institute (WRI), pela Comissão Huairou e pela organização SouthSouthNorth (SSN), que conta com o apoio financeiro do Banco Mundial.

Promover a adaptação climática significa produzir meios de lidar com os efeitos presentes e futuros das mudanças climáticas, construir resiliências e reduzir as vulnerabilidades dos sistemas humanos e naturais. No Brasil, os efeitos das mudanças climáticas exacerbam as vulnerabilidades históricas e estruturais e precisam ser levados em conta em todas as iniciativas, especialmente nas políticas públicas.

Defendemos uma **adaptação climática antirracista**, que, conforme foi incorporada ao Plano Clima durante [consulta pública](#) em 2024, consiste no enfrentamento das desigualdades raciais, sociais, regionais e territoriais, de gênero e geracionais. A adaptação demanda a implementação de um conjunto de políticas públicas estruturantes, inter-setoriais e interseccionais, de modo a considerar grupos sociais vulnerabilizados como protagonistas da ação climática. É fundamental que a adaptação a ser implementada seja acompanhada, necessariamente, de justiça social, para que se alcance a justiça climática.

As iniciativas apresentadas neste catálogo estão organizadas sob as seguintes categorias, conforme a sua origem:

- (I) iniciativas federais, estaduais e municipais (Poder Executivo e Poder Legislativo);
- (II) universidades públicas e institutos de pesquisa;
- (III) organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

# 1. Iniciativas federais

## 1.1 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

**Plano Clima:** apresenta as diretrizes para as políticas climáticas nacionais até 2035 e está em fase final de elaboração pelo Governo Federal, sob a liderança do MMA. O Plano Clima é composto pela Estratégia Nacional de Mitigação (com seus 7 planos setoriais) e pelo Plano Clima Adaptação (integrado pela Estratégia Nacional de Adaptação e por seus 16 planos setoriais). Oficinas presenciais e consultas públicas foram realizadas em 2025 para a construção desses documentos.

**5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA):** foi realizada em maio de 2025 e teve a “adaptação e preparação para desastres” entre seus temas principais e como um dos cinco eixos de trabalho. A CNMA aprovou 10 propostas prioritárias da sociedade para orientar as políticas públicas de meio ambiente e clima.

**Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR):** iniciativa coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pelo Ministério das Cidades (MCID) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para integrar políticas urbanas, ambientais e climáticas, com o objetivo de promover práticas sustentáveis e fortalecer a capacidade institucional dos municípios.

- **AdaptaCidades:** iniciativa do MMA, que faz parte do PCVR, para apoiar a criação de estratégias e planos de adaptação climática em municípios brasileiros. O objetivo é auxiliar estados e municípios na elaboração de planos municipais de adaptação, focando na gestão de riscos e na redução de desastres, de maneira a oferecer capacitação técnica, informações sobre riscos climáticos, orientações metodológicas e apoio ao financiamento de ações locais. Em 2025, a iniciativa contou com a adesão de 581 municípios em todos os estados da Federação e focou em municípios prioritários com alto índice de risco climático.
- **Pacto pelas Cidades Verdes Resilientes:** iniciativa do MMA que objetiva convocar novos municípios a aderir ao Programa Cidades Verdes Resilientes.
- **Banco de Projetos do PCVR:** o MMA abriu a primeira chamada de projetos para mapear projetos urbanos no País e conectar os projetos submetidos por entidades subnacionais a instituições financeiras e de cooperação técnica.
- **Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU):** lançado no âmbito do PCVR, tem o objetivo de integrar áreas verdes com arborização urbana nas cidades brasileiras.

## 1.2. Ministério das Cidades

**Novo PAC Seleções**: o MCID anunciou R\$ 11,7 bilhões para obras de drenagem e contenção de encostas em 235 municípios de 26 estados entre 2023 e 2025. O objetivo é reduzir a vulnerabilidade de populações que vivem em áreas de risco e reforçar a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos.

**Caderno de Apoio da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**: este documento é fruto de um processo participativo, que traz as bases para consolidar uma política nacional voltada para cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. A PNDU conecta áreas essenciais como habitação, saneamento, mobilidade e outros sistemas urbanos, com olhar especial para as periferias e voltada à promoção da justiça climática. O MCID também lançou o estudo **Tipologias do Fenômeno Urbano** em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que apresenta insumos para apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação da PNDU.

**Curso “Urgência Climática”**: o MCID, com o apoio do Lincoln Institute of Land Policy, promoveu a 2ª edição deste curso híbrido, que é focado na implementação de soluções em territórios urbanos vulneráveis.

**Curso sobre Regularização Fundiária Urbana (Reurb)**: lançamento de curso gratuito e *on-line*, com certificação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para que pessoas e entidades aprendam os conceitos fundamentais do Reurb, que são essenciais para o enfrentamento das informalidades nas cidades.

**Projeto AdaptAÇÃO**: parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve como ação central, em 2025, o apoio a municípios para o aprimoramento do seu planejamento urbano, com o objetivo de incorporar a perspectiva climática em políticas e instrumentos locais. Os municípios selecionados receberam assistência técnica da Rede de Avaliação dos Instrumentos de Política Urbana e Adaptação Climática (AIPUAC), que é organizada em torno do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)/Observatório das Metrópoles.

**Periferia Viva**: programa liderado pelo MCID, por meio da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), que objetiva melhorar as condições de vida nas favelas e periferias, unindo esforços para oferecer infraestrutura, educação, saúde, moradia digna e oportunidades, promovendo ações integradas. Entre suas ações estão as apresentadas a seguir.

- **Programa de Formação Periferia Sem Risco**: aposta na formação como estratégia de permanência, prevenção e transformação, servindo como uma resposta concreta à necessidade de preparar o Brasil para enfrentar os impactos desiguais da crise climática, com justiça socioterritorial.

- Curso de extensão “Transformação do território das favelas e periferias brasileiras”: curso gratuito e *on-line* que tem o objetivo de introduzir o debate sobre as dinâmicas do território e as possibilidades das políticas públicas para intervenção.
- Publicação dos Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA): instrumentos estratégicos para planejar ações preventivas e medidas de adaptação em escala intraurbana (bairros, núcleos e favelas), publicados em português e inglês. O programa também apoiou a comunidade da Baracela (SP) na conclusão de seu PCRA.
- Prêmio Periferia Viva 2025: objetiva reconhecer, valorizar e potencializar iniciativas populares, de assessorias técnicas e de entes públicos governamentais que promovem o enfrentamento da desigualdade socioespacial. A iniciativa mais votada foi Retrato das Enchentes: planos populares, cartografia social e produção cidadã de dados, do Rio de Janeiro. Os projetos escolhidos receberam R\$ 50 mil, o selo “Periferia Viva é Construção Coletiva” e a assessoria técnica da Secretaria Nacional de Periferias (SNP).
- Guia de Mapeamento Popular: foi lançado como ferramenta para que lideranças e moradores possam colocar suas comunidades no Mapa das Periferias, de maneira a fortalecer a atuação local e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas às comunidades.
- Edital nº 1/2025 – Periferias Verdes Resilientes: foi promovido em conjunto pelo MCID e pelo MMA. Selecionou organizações da sociedade civil para projetos de estruturação de iniciativas para adaptação inclusiva das periferias urbanas às mudanças climáticas, envolvendo *soluções baseadas na natureza* (SBN). Destinou R\$ 25 milhões para apoiar 10 projetos.

### 1.3. Ministério da Saúde

AdaptaSUS: plano apresentado durante a COP30 e que integra estratégias para preparar a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. O Ministério da Saúde anunciou o investimento de R\$ 9,8 bilhões em ações de adaptação. As iniciativas incluem a reorganização da rotina das unidades de saúde (como novos horários de atendimento e escalas de descanso), protocolos clínicos para ajustar doses de medicamentos por conta do calor extremo, além da construção de novas unidades e da aquisição de equipamentos resilientes.

Seminário “Justiça Climática e Saúde nas Periferias: foi promovido pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência e o MMA. O objetivo foi contribuir para a formulação de políticas públicas que enfrentem as iniquidades em saúde agravadas pelas mudanças climáticas, com foco em territórios urbanos e rurais historicamente marginalizados. Houve transmissão no Youtube: período manhã e tarde.

#### 1.4. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

**Livro “Mudanças Climáticas no Brasil: Estado da Arte e Fronteiras do Conhecimento”:** lançado durante a COP30, o livro reúne estudos e contribuições da ciência brasileira para enfrentar os desafios climáticos. A publicação, editada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), consolida o papel do MCTI na integração entre pesquisa, inovação e políticas públicas.

**Programa Cemaden Educação:** focou na criação de estratégias educativas e de mobilização em comunidades escolares vulneráveis.

#### 1.5. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

**Guia de Acesso à Justiça Climática e Socioambiental:** foi divulgado durante a COP30 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com a rede Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action (Laclima). O material reúne orientações, ferramentas jurídicas e informações essenciais para fortalecer os direitos socioambientais de comunidades mais vulneráveis.

#### 1.6. Ministério da Igualdade Racial (MIR)

**Comitê de Enfrentamento ao Racismo Ambiental:** em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o MIR abriu um edital de chamamento para a sociedade civil participar deste comitê. A finalidade é viabilizar a articulação interministerial para promover o enfrentamento do racismo ambiental e climático e dos seus efeitos. O comitê busca contribuir para a construção de estratégias para o enfrentamento dos eventos climáticos extremos, com enfoque na desproporcionalidade dos seus efeitos para a população negra, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros, ciganos e as populações indígenas.

#### 1.7. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)

**Estratégia Brasil 2050 – Estratégia Nacional de Longo Prazo (2025):** plano que pretende orientar as políticas públicas e os investimentos estratégicos do País pelos próximos 25 anos. O marco de 2050 foi escolhido por estar alinhado com as metas globais de neutralidade de emissões de gases de efeito estufa e pela previsão de inversão na pirâmide etária brasileira, o que exige ajustes nas políticas públicas.



## 1.8. Universidades públicas e institutos de pesquisa

**Projeto UrbVerde:** a iniciativa criou um banco gratuito de dados ambientais em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e recebeu o Prêmio USP de Impacto Social em 2024.

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):** abriu uma seleção para uma bolsa de pesquisas sobre “Avanços e Limites da Coordenação Federativa, por meio de Consórcios Intermunicipais”. Além disso, a pesquisa “Capacidade Fiscal e Desenvolvimento no Território” aponta que os municípios com alta arrecadação nem sempre transformam suas maiores receitas em melhores indicadores sociais, razão pela qual as desigualdades regionais ainda são um desafio.

**Escola Nacional de Administração Pública (ENAP):** lançou o curso gratuito “Formulação de Estratégias para a Resiliência Territorial frente a Desastres Socionaturais” em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

**Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR):** lançou um e-book gratuito intitulado “Gestão de Desastres e Sistemas Complexos no Contexto das Mudanças Climáticas”, que reuniu mais de 70 autores.

**Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP):** estudantes do campus de São José dos Campos publicaram o “Plano de Ação Climática para São José dos Campos – Propostas de Mitigação e Adaptação (SJC 2025)”, um documento propositivo com ações reais para enfrentar enchentes, ilhas de calor, gases de efeito estufa (GEE), riscos ambientais e desigualdades socioambientais no município. O estudo teve o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do AdaptaBrasil.

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP):** anunciou o lançamento da chamada “Centros Urbanos 2025”, que destinará até R\$ 20 milhões para apoiar projetos de pesquisa que desenvolvam soluções voltadas à mitigação e à adaptação climática em ambientes urbanos. Submissão até 30/01/2026.

**Fiocruz PiauÍ:** participou do estudo internacional intitulado “Tropical deforestation is associated with considerable heat-related mortality” que revelou que o desmatamento de florestas tropicais causa cerca de 28 mil mortes anuais, relacionadas ao calor.

**Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):** disponibilizou a Sala de Situação Municipal dentro da plataforma TerraBrasilis, ferramenta para auxiliar estados e municípios no monitoramento ambiental.

## 1.9. Outros órgãos e entidades do Executivo Federal

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):** apresentou uma Proposta Metodológica inédita para a identificação e o mapeamento das áreas verdes urbanas no Brasil. A investigação experimental fez um primeiro levantamento em Guarulhos (SP) e em Palmas (TO), municípios escolhidos como áreas-teste, por serem regionalmente diferentes.

**Defensoria Pública da União (DPU):** publicou o “Protocolo de Atuação da DPU em Desastres e Emergências Socioambientais” e o submeteu a uma consulta pública. O protocolo orientará a atuação da DPU na defesa das populações afetadas por eventos climáticos extremos.

**Tribunal de Contas da União (TCU):** publicou dois volumes (tomo 1 e tomo 2) sob o título: “Os Tribunais de Contas e a Sustentabilidade: Governança e Controle no Enfrentamento das Mudanças Climáticas”, em que aborda o seu papel no enfrentamento das mudanças do clima.

**Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA):** aprovou a Resolução nº 26.916/2025, que reconhece que a crise climática é também uma crise de direitos humanos e que os seus impactos recaem de maneira desproporcional sobre as populações historicamente vulnerabilizadas. A resolução traz definições de racismo ambiental e justiça climática.

## 1.10. Congresso Nacional

**Frente Parlamentar Mista Ambientalista (FPAm):** atua desde 2007, em conjunto com a sociedade civil, para apoiar iniciativas que fomentem padrões sustentáveis de desenvolvimento e para impedir retrocessos na legislação ambiental. A FPAm é composta por 13 grupos de trabalho, incluindo o GT Orçamento, iniciado em 2025, que busca promover o debate amplo sobre orçamento público e incidir pela ampliação de recursos para o financiamento climático.

### 1.10.1. Iniciativas e projetos que foram aprovados na Câmara dos Deputados

**Lei nº 1.4904/2024:** de autoria da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP), dispõe sobre as diretrizes para a elaboração de planos municipais e estaduais de adaptação.

**Subcomissão Especial sobre a Climatização das Escolas:** foi criada e teve seu plano de trabalho aprovado, tendo contado com a eleição da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/RJ) para a presidência.

**Lei nº 15.143/2025:** torna definitivo o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Firece).

**Acordo de Escazú (PDL nº 934/2025)**: foi aprovado pela Câmara dos Deputados a poucos dias da COP30. É o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe e o único no mundo voltado à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos em questões ambientais.

### 1.10.2. Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados referentes à adaptação climática em 2025

**PEC nº 37/2021**: altera a Constituição Federal para inserir explicitamente a questão climática como direito fundamental, orientando a atuação do Estado na proteção do clima. Autores: Rodrigo Agostinho (PSB/SP), Daniel Coelho (Cidadania/PE), Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) e outros.

**PL nº 380/2023**: propõe alterar a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), criando diretrizes para a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas. Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

**PEC nº 31/2024**: acrescenta dispositivos para instituir o Conselho Nacional de Mudança Climática, a Autoridade Climática Nacional e o Fundo Nacional de Mudança Climática, criando uma governança climática estruturada. Autores: deputados federais Gilson Daniel (PODE/ES), Eriberto Medeiros (PSB/PE), Franciane Bayer (Republicanos/RS) e outros.

**PL nº 1.883/2024**: institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, com diretrizes de prevenção, promoção e pós-venção em saúde mental e mudanças na Lei nº 12.608/2012 e na CLT. Autores: deputados federais Tábata Amaral (PSB/SP), André Janones (Avante/MG), Professora Goreth (PDT/AP) e outros.

**PL nº 1.646/2024**: define a condição de deslocado interno por questões climáticas e altera a Lei nº 14.620/2023 para reconhecer os direitos de populações obrigadas a se deslocar dentro do país por desastres ambientais. Autor: deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/MG).

**PL nº 1.377/2024**: institui o Dia Nacional do Reflorestamento e dos Corações Unidos pela Cura da Terra, estimulando ações de restauração ambiental e mobilização social. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

**PL nº 1.594/2024**: institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos (PNDAC). Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

**PLP nº 242/2025**: busca alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e institui o “Orçamento Sensível ao Clima”. Determina a classificação das despesas, de forma direta e indireta, de acordo com o seu impacto no enfrentamento da emergência climática e do racismo ambiental, na redução de GEE e em iniciativas de mitigação e adaptação climática. Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

**PL nº 5.462/2025**: institui a Plataforma Escola Cuidada e dispõe sobre a transparência e o planejamento da adaptação das escolas da educação básica às mudanças climáticas. Autora: deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

**PL nº 5.286/2025**: institui a Política Nacional de Combate ao Racismo Ambiental. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

**PL nº 828/2025**: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir proteção trabalhista diante da crise climática, incluindo pausas em calor extremo e adicional de insalubridade climática. Autora: deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ).

**PL nº 6.151/2025**: institui a Política Nacional de Saúde Mental Climática, criando o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades, para organizar a atenção psicossocial em contextos de desastres. Autores: deputados federais Pompeo de Mattos (PDT/RS) e Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

**PL nº 6.034/2025**: cria o Fundo Nacional de Empregos Verdes, para fomentar atividades econômicas sustentáveis e gerar trabalho de baixo impacto ambiental, apoiando uma transição ecológica justa e inclusiva. Autor: deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ).

**PL nº 3.234/2025**: institui a Contribuição de Responsabilidade Climática sobre Transporte Aéreo de Luxo, tributando jatos privados e passagens em classes superiores, para financiar ações climáticas. Autora: deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

**PL nº 3.130/2025**: direciona recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para ações de reconstrução, fortalecimento da rede pública de ensino e promoção da resiliência escolar climática em territórios atingidos por eventos extremos. Autores: deputados federais Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Franciane Bayer (Republicanos/RS), Reimont (PT,RJ) e outros.

**PL nº 2.634/2025**: institui o Programa Nacional de Estímulo à Criação e ao Fortalecimento dos Conselhos Municipais do Clima e Meio Ambiente, reforçando a participação social na agenda climática local. Autor: deputado federal Ivan Valente (PSOL/SP).

**PL nº 2.177/2025**: reconhece e cria as Escolas do Clima, valorizando iniciativas pedagógicas baseadas em tecnologias ancestrais e saberes tradicionais para o enfrentamento das mudanças climáticas. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

**PL nº 1.528/2025**: amplia o garantia-safra para incluir agricultores familiares indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais em todo o país, protegendo a renda diante de perdas climáticas. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

### 1.10.3. Projetos de lei que tramitam no Senado Federal referentes à adaptação climática em 2025

**PL nº 5.749/2025**: institui o Marco Nacional das Cidades Climáticas, estabelecendo diretrizes para o planejamento urbano sustentável e a adaptação às mudanças climáticas nos municípios brasileiros (de autoria do senador Jader Barbalho).

**PL nº 2.761/2025**: institui a Política Nacional de Governança Climática, definindo diretrizes e mecanismos para a implementação da governança climática no País (de autoria do senador Otto Alencar).

**PL nº 1.871/2022**: altera a Lei nº 12.512/2011 para ampliar o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e adequá-lo a objetivos de mitigação e adaptação à mudança do clima, com a geração de renda em atividades sustentáveis nos meios urbano e rural.

**PL nº 1.870/2022**: institui o Programa Nacional de Garantia de Empregos Verdes Urbanos e Rurais e altera leis para incluir ações de conservação ambiental intensivas em mão de obra, prever planos subnacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima e estabelecer requisitos climáticos para transferências da União em prevenção, resposta e recuperação de desastres.

**PL nº 1.869/2022**: altera leis para prever a criação de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima nesses projetos, para incluir a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da política climática e para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

**PEC nº 233/2019**: reforça a integração da dimensão climática na ordem econômica e no direito ao meio ambiente, garantindo que sejam políticas permanentes do Estado brasileiro as ações para a redução dos impactos da mudança do clima e para a adaptação aos seus efeitos.

## 2. Iniciativas estaduais

**Governo do Estado do Ceará (Superintendência de Obras Públicas – SOP):** tem adotado medidas para reduzir o calor e os impactos no ambiente urbano, como a substituição do asfalto por blocos de concreto (piso intertravado) na pavimentação das vias. A iniciativa, implementada em Fortaleza (CE), Sobral (CE), Crato (CE) e em mais 39 municípios do estado, pode reduzir a temperatura entre 10 e 15 graus centígrados.

**Distrito Federal (Secretaria de Agricultura – Seagri-DF):** realizou o “Diagnóstico da Situação Ambiental das Nascentes Situadas na Serrinha do Paranoá”. O estudo, feito em parceria com o Instituto Oca do Sol e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), revelou que a degradação avança sobre as fontes de água que abastecem Brasília (DF), com impactos que vão da poluição à redução da vazão e à perda de cobertura vegetal.

**Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ Resiliente):** lançou a Cartilha para Elaboração de Revisões Locais Voluntárias (RLV), uma ferramenta prática de mapeamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O guia, desenvolvido em parceria com a ONU-Habitat, tem o objetivo de apoiar a gestão pública na implementação da Agenda 2030 em nível local.

# 3. Iniciativas municipais

**Campinas (SP):** lançou seu [Plano Local de Ação Climática \(PLAC\)](#), definindo ações e metas para zerar emissões e aumentar a resiliência, com o apoio do WRI Brasil.

**São Gonçalo (RJ):** a prefeitura e a ONU-Habitat criaram a iniciativa [Fortalece São Gonçalo](#), usando a metodologia de desenho de espaços públicos para fortalecer a gestão municipal.

**São Paulo (SP):** a prefeitura (via UMAPAZ<sup>1</sup>), em parceria com o Pé de Feijão e o C40 (Climate Leadership Group), publicou um [edita](#)l para a formação de 40 agentes comunitários de educação ambiental em territórios de alta vulnerabilidade social.

- O [Projeto Viva o Verde](#), em parceria com a ONU Habitat, busca incentivar e promover melhorias em 106 parques, contribuindo para a igualdade na distribuição espacial e na acessibilidade das áreas verdes públicas.
- Em abril de 2025, a prefeitura firmou uma parceria com o Centro de Pesquisa do Índice da Cidade Parque (RCPCI) da China para promover o [intercâmbio de experiências](#) sobre “*ciudades-esponja*”. O conceito, criado pelo arquiteto Kongjian Yu, defende a ideia de conviver com a água em vez de combatê-la.

**Congonhas (MG):** a prefeitura e a ONU-Habitat promoveram [oficinas sobre adaptação](#) e mitigação das mudanças do clima no processo de discussão para a criação do novo plano diretor e do plano de mobilidade, como parte da iniciativa Horizontes Congonhas.

**Rio de Janeiro (RJ):** a agência ONU-Habitat abriu uma [chamada](#) de propostas para selecionar uma instituição para desenvolver 34 planos locais de ação climática.

**Goiânia (GO):** a [Lei nº 11.381, de 23 de abril de 2025](#), instituiu o Fórum Goianiense de Mudanças Climáticas.

- Um projeto de lei municipal, proposto pela vereadora Kátia Maria (PT), objetiva redesenhar Goiânia, transformando-a em uma “cidade-esponja”, para conter enchentes.

<sup>1</sup> Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo.

## 4. Entidades municipalistas

**Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP):** por meio da [Comissão de Adaptação Urbana e Prevenção de Desastres \(CASD\)](#), publicou a Plataforma de Boas Práticas Municipais (um catálogo *on-line* de soluções, com o apoio do WRI Brasil) e o [Guia para Prefeitas e Prefeitos](#), a fim de preparar os municípios para a emergência climática.

**FNP e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):** lançaram um projeto de governança metropolitana intitulado [Conexão Urbana](#), uma agenda de desenvolvimento social, econômico e ambiental focada em grandes centros urbanos.

**Confederação Nacional de Municípios (CNM):** Uma nova pesquisa da CNM, o [Diagnóstico sobre a Estrutura das Defesas Cíveis Municipais](#), revelou que as defesas cíveis municipais seguem sobrecarregadas, com pouco orçamento e equipes reduzidas, embora os desastres já tenham atingido 95% dos municípios nos últimos anos. O estudo aponta a necessidade de mais apoio técnico e recursos para a prevenção.

- A CNM também criou o [consórcio CONCLIMA](#), para ampliar a cooperação entre municípios em ações de defesa civil e meio ambiente.



# 5. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais

## 5.1. Produção de informações e comunicação

**Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc):** elaborou o levantamento [Mapa das Desigualdades](#), que cruza dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) com pesquisas qualitativas para analisar as disparidades em áreas como saúde, educação, mobilidade e infraestrutura na capital federal.

**Instituto Sumaúma:** apresentou uma [pesquisa](#) durante a COP30 que mapeia saberes tradicionais que orientam formas de cuidado com o território, comunicação comunitária e adaptação ambiental. O estudo evidencia o papel das práticas culturais quilombolas na construção de soluções para a crise climática.

**Oxfam International:** lançou o relatório: [“Igualdade Climática: Um Planeta para os 99%”](#), baseado em dados globais em defesa da responsabilização de quem lucra com a destruição ambiental.

**Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM):** o estudo [“Diálogos Amazônicos: Contribuições para o debate sobre sustentabilidade e inclusão”](#) (2023) reforçou a importância das comunidades ribeirinhas na adaptação às secas na Amazônia.

**Revista Casa Comum e Instituto Perifa Sustentável:** lançaram a websérie [Vozes Climáticas](#) para debater com jovens questões sobre a crise climática e a importância do engajamento juvenil em prol da justiça climática e de caminhos para a adaptação e a mitigação.

**Instituto de Desenvolvimento e Sociedade (IDS) e Centro Brasil no Clima (CBC):** promoveram o evento [“Planejamento e Adaptação Climática”](#) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), durante o Rio Climate Action Week.

**Instituto de Desenvolvimento e Sociedade (IDS):** desenvolveu o [Kit Clima](#), um roteiro de apoio que ajuda cada município a identificar suas vulnerabilidades e os caminhos para proteger sua população. O material traduz a ciência em passos concretos com perguntas norteadoras, ferramentas de gestão, exemplos reais e checklists.

**Educterritorio:** trata-se de um programa da organização Cidade Escola Aprendiz, que lançou o segundo episódio da série multimídia [Territórios Educativos para a Justiça Climática](#), que enfoca o papel dos territórios que educam diante da crise climática, abordando temas como racismo ambiental, participação juvenil e educação climática.

**Plataforma CIPÓ e World-Transforming Technologies (WTT):** lançaram o *policy brief* [“Reavaliando o papel de CT&I na governança climática e ambiental internacional”](#), que identifica tendências como o fortalecimento de críticas ao paradigma top-down de transferência tecnológica e o reconhecimento do duplo papel da CT&I (soluções e desigualdades).

**World Resource Institute (WRI) Brasil:** atuou no projeto [SIMACLIM](#) (Sistema de Apoio à Decisão para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas), sendo responsável pela produção dos sumários executivos, que são sínteses de relatórios técnicos focados em fornecer informações práticas para formuladores de políticas públicas sobre a crise climática.

**WRI Brasil:** lançou o [Acelerador de Soluções para o Calor Urbano](#), oferecendo capacitação e mentoria a cinco cidades para apoiar projetos que proponham soluções verdes ou de baixo carbono. A iniciativa busca reduzir a exposição de populações vulneráveis e promover benefícios como a melhoria do conforto térmico.

**Política por Inteiro:** [atualizou o cenário](#) de definição do Objetivo Global de Adaptação (GGA, do inglês: Global Goal on Adaptation).

**EcoUniversidade e Local Futures:** lançaram o [Mapa Brasileiro de Iniciativas Locais](#), apresentando mais de 90 iniciativas que unem agroecologia, ancestralidade, economia solidária, educação popular e regeneração ambiental.

**Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica:** com o apoio do governo brasileiro e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), elaborou a série multimídia: [“Brasil em Transformação: O impacto da crise climática”](#), que revela o aumento de desastres climáticos (2020-2023).

## 5.2. Realização e apoio a projetos locais

**Fundo Podáali:** abriu inscrições para a terceira edição da chamada: [“Guardiãs da Amazônia: Mulheres Indígenas que Defendem as Vidas e a Justiça Climática”](#), anunciada durante a COP30. A iniciativa financiará pequenos e médios projetos liderados por mulheres indígenas nos nove estados da Amazônia Legal. O edital prevê um total de R\$ 2,05 milhões para apoiar ao menos 31 iniciativas, distribuídas em categorias de pequenos (R\$ 20 mil a R\$ 50 mil) e médios projetos (R\$ 50 mil a R\$ 100 mil).

**Conselho Indígena de Roraima (CIR):** elaborou os Planos de Adaptação Indígena: Plano de Enfrentamento à Transformação do Tempo da Região Amajari e Plano de Enfrentamento à Transformação do Tempo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tais planos foram construídos por pesquisadores indígenas e lideranças com base nas percepções das próprias comunidades, servindo como subsídios para a tomada de decisões em políticas públicas.

### 5.3 Incidência nacional e internacional

**Observatório do Clima (OC):** elaborou uma nota técnica em favor da criação do Fundo Nacional de Adaptação, além das Recomendações para os Planos Setoriais do Plano Clima Adaptação, documentos que contaram com a participação do Inesc e foram entregues ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

**Re.Habita (WRI Brasil, ONU Habitat Brasil, Habitat para a Humanidade Brasil, Fundação Tide Setubal e Teto Brasil):** lançou na COP30 a “Carta Aberta pela Moradia Digna na Agenda Climática”, que busca fortalecer a moradia digna como pilar da justiça e da resiliência climática urbana.

**Organizações ABECO, ACTA, Águas Resilientes, Comitê Chico Mendes e outras:** lideraram a construção do documento “Nossa Chance: Uma NDC ambiciosa para adiar o fim do mundo”, que aborda adaptação climática, restauração ecológica, sistemas alimentares, demarcação territorial e governança climática.

**Instituto Talanoa:** elaborou recomendações para o Governo Federal relativas à adaptação e à resiliência climática, focando em estratégias para o financiamento do Plano Clima.

**Geledés – Instituto da Mulher Negra:** sua forte incidência política contribuiu fortemente para o reconhecimento inédito dos afrodescendentes em documentos internacionais sobre clima na COP30.

